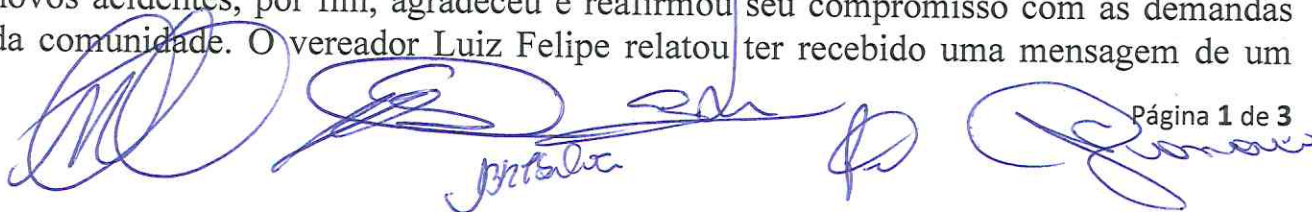




Ata da 15ª (décima quinta) reunião ordinária da 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 16ª (décima sexta) Legislatura da Câmara Municipal de Santana da Vargem, realizada no dia quatorze de abril de dois mil e vinte e cinco. Às dezenove horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência da vereadora Bruna Renata, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. A primeira secretária, a vereadora Silmara Girlaine realizou a chamada e verificou estarem todos os vereadores presentes. A Presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Iniciando-se o pequeno expediente, foi lida a ata da última reunião, a 2ª (segunda reunião extraordinária). Após a leitura, a ata foi colocada em votação tendo sido aprovada e assinada por todos os vereadores. Na sequência foram citado o ofício número 38 de 2025 da AGROECP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA. Não houve inscitos na tribuna livre. No grande expediente foram apresentadas as seguintes proposições: O **1 - Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 6 de 2025** que “Altera a Lei Municipal nº 1.666, de 14 de fevereiro de 2023, que Regulamenta as diárias do Poder Legislativo Municipal”; o **2 - Projeto de Lei Complementar nº 6 de 202** que “Altera a Lei Complementar nº22 de 31 de março de 2022, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem/MG para dispor sobre o Adicional por Tempo de Serviço”; e o **3 - Projeto de Lei Ordinária nº 54 de 2025** que “Altera a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, que "Estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", visando a abertura de crédito adicional especial”, o qual veio com pedido de tramitação em Regime de Urgência. Na ordem do dia não houve projetos a serem apreciados. Em prosseguimento à reunião a Presidente concedeu a palavra livre aos vereadores por 5 (cinco) minutos. O vereador Everton Paulo iniciou sua fala lendo um ofício referente a uma emenda parlamentar destinada ao município de Santana da Vargem. Conforme o documento, foram indicados recursos no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, visando a aquisição de equipamentos para a Escola de Samba Coisa Nossa, e outros R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Escola de Samba Unidos do ZQ, destinados a custeios. O vereador destacou o apoio dos deputados federal Odair Cunha e estadual Ulisses Gomes, ressaltando a importância dessas emendas para o desenvolvimento local. Em seguida, o vereador fez um pedido de providências referente à situação precária da Rua Nelson Pereira, principalmente no trecho próximo à Avenida Hélio Terra, relatou que os buracos e valas no local têm causado transtornos à população, inclusive mencionando um incidente em que uma família se molhou após cair em uma dessas valas e solicitou medidas urgentes para a reparação da rua, a fim de evitar novos acidentes, por fim, agradeceu e reafirmou seu compromisso com as demandas da comunidade. O vereador Luiz Felipe relatou ter recebido uma mensagem de um





municípe sobre um cano estourado, possivelmente de esgoto a céu aberto, em um terreno novo nas proximidades do bairro São Luiz. Ele apresentou fotos e vídeos da situação e solicitou que a presidência encaminhe um pedido à Secretaria de Obras para que sejam tomadas as devidas providências, destacou que, embora entenda a existência de muitas demandas, certos casos exigem atenção imediata, pois problemas pequenos que não são resolvidos a tempo acabam se agravando e reforçou que o vereador Everton Paulo já havia feito solicitação anterior sobre o mesmo assunto. O vereador Everton Paulo retomou o tema da audiência pública solicitada por ele em reuniões anteriores, referente à possível municipalização do grupo. Ele esclareceu que não é contrário à proposta, mas que busca ouvir a opinião da população antes de formar seu posicionamento, informou ter tomado conhecimento de um abaixo-assinado feito contra ele e outro vereador, sob a alegação de que seriam contrários à proposta, o que ele negou. O vereador reforçou que a iniciativa da audiência deveria partir do Executivo, e que é fundamental conhecer os detalhes do projeto e os impactos a longo prazo, positivos ou negativos, para o município, ressaltou que sua decisão dependerá da manifestação da população e da apresentação de propostas concretas por parte do prefeito. O vereador Antônio Afonso relatou ter conversado com a diretora da Escola e comentou sobre a complexidade da decisão referente à possível municipalização da unidade. Ele destacou que é uma decisão que requer tempo e reflexão, sugeriu que o grupo de vereadores participe de uma reunião para ouvir os profissionais da escola, a fim de que a decisão tomada seja consciente e assertiva, evitando arrependimentos futuros. A presidente Bruna Renata relatou que tem sido procurada por diversas mães preocupadas com a ausência de guardas nas portas das escolas do município. Ela informou que ainda não teve a oportunidade de conversar com o prefeito sobre o motivo da retirada, mas ressaltou a importância da presença dos guardas para a segurança das crianças e da comunidade escolar, comentou que é necessário dar atenção ao assunto e considerar uma solução, possivelmente no contexto de um novo projeto a ser elaborado nos próximos dias, mencionou também que há rumores sobre possíveis ameaças, o que tem aumentado a preocupação das famílias e já é de conhecimento da Polícia Militar. O vereador Paulo José questionou a presidente sobre a audiência pública mencionada anteriormente pelo vereador Everton Paulo, perguntando se já havia alguma posição ou resposta a respeito do pedido feito em reunião anterior. A presidente disse que iria procurar uma data que todos pudessem participar. O Plenário discutiu o assunto. O vereador Gleyton de Oliveira explicou que os repasses de recursos para a educação, tanto do Estado quanto do Município, são calculados com base no número de alunos matriculados, destacando a importância de manter estudantes nas escolas para garantir o financiamento adequado. Ele comentou que a Escola Estadual está enfrentando dificuldades com a demanda. Em seguida, mencionou a melhoria da iluminação no bairro São Domingos



durante o governo anterior, mas apontou que a entrada do bairro, após a ponte, ainda permanece escura e perigosa e solicitou apoio dos demais vereadores para cobrar do Executivo a conclusão da iluminação no local. O vereador Jackson Luíz relatou que também recebeu solicitações da população e já fez pedidos ao Executivo, mas tem recebido respostas vagas, o que dificulta repassar informações claras aos cidadãos. Ele defendeu que as respostas da Prefeitura sejam mais objetivas. Em relação à municipalização da escola estadual, o vereador sugeriu que seja marcada a audiência pública o quanto antes, considerando que o projeto deverá chegar à Câmara em breve e será incluído na pauta da próxima reunião. Ele declarou ser contrário à proposta até o momento, com base nos estudos que realizou, mas afirmou estar aberto a mudar de opinião, caso novas informações o convençam, ressaltou a importância do parecer jurídico sobre o projeto e alertou para experiências de outras cidades e para o fato de a Assembleia Legislativa ter arquivado proposta semelhante. O vereador destacou que os impactos da municipalização serão sentidos apenas a longo prazo e que a arrecadação do município deve ser considerada na análise da viabilidade. Por fim, ele sugeriu buscar informações com deputados e exemplos de outras cidades para embasar o debate e esclarecer à população os motivos de cada posicionamento. O vereador Paulo José comentou que no ano anterior havia guardas nas portas das escolas e sugeriu que seja feito um requerimento, em nome da Comissão de Educação, solicitando ao município esclarecimentos sobre o motivo da retirada desses profissionais. O plenário discutiu o assunto. Nada mais havendo a tratar, a Presidente marcou a próxima reunião para quarta-feira dia 23, encerrou a sessão desejando uma boa noite a todos e ordenou que se lavrasse a presente ata, elaborada pela primeira secretária Silmara Girlaine, nos termos do inciso V do art. 35 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, a qual, após aprovada, poderá ser assinada por todos.

